

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ÁREA SOCIAL: PRÁTICA PROFISSIONAL DESENVOLVIDA NO CRAS

DOI: 10.5281/zenodo.17381684

Avllen Duarte Firmino Sanches¹

Danielle Castro da Rocha²

Edna Ciciliato³

Polyana de Lima Maluf⁴

Daniela Emilena Santiago⁵

RESUMO

A intervenção dos Psicólogos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem se configurado como um importante dispositivo prático da ação em Psicologia Social. Nesse sentido, abordagens empreendidas dentro dessa área são extremamente caras para a Psicologia e para a Psicologia Social. Para melhor compreendê-las realizamos o presente artigo, composto por meio de estudos teóricos que viabilizaram a apreensão de realidades práticas, concretas de intervenção realizadas junto ao CRAS, importante dispositivo de execução dos serviços ofertados no âmbito do SUAS. A pesquisa em voga nos apresentou o desenvolvimento de práticas pautadas das ações em grupos, atreladas ao acompanhamento social de casos e focadas na efetivação de direitos sociais dos atendidos, configurando-se como um importante espaço para a consolidação dos aspectos atrelados ao compromisso social assumido

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

pela Psicologia brasileira.

Palavras-chave: Psicologia Social. SUAS. CRAS.

ABSTRACT

Psychologists' intervention in the Unified Social Assistance System (SUAS) has emerged as an important practical tool for social psychology. Therefore, approaches undertaken within this field are extremely costly for both psychology and social psychology. To better understand these approaches, we wrote this article, based on theoretical studies that enabled us to grasp the practical, concrete realities of interventions carried out within the CRAS (Brazilian Social Assistance Center), an important tool for implementing the services offered within the SUAS. The current research demonstrated the development of practices based on group actions, linked to the social monitoring of cases and focused on the realization of the social rights of those served, constituting an important space for the consolidation of aspects linked to the social commitment assumed by Brazilian psychology.

Keywords: Social Psychology. SUAS. CRAS.

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia, uma ciência dedicada ao estudo do comportamento humano, desempenha um papel multifacetado em diversas áreas da sociedade. Seu alcance se estende por campos como a saúde, o sistema jurídico, a educação, a clínica e o ambiente corporativo, entre outros. Em essência, onde há pessoas, surge a necessidade crucial da intervenção de um psicólogo.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Dentre as diversas especializações dentro da psicologia, a psicologia social emerge como uma disciplina que investiga a interação do indivíduo com a sociedade e como esta interação molda a sua subjetividade. Neste contexto, este trabalho abordará o papel do psicólogo na esfera social, concentrando-se particularmente na sua atuação nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para a composição do mesmo realizamos consulta a base de dados do Scielo usando o termo: Atuação no CRAS e escolhemos os textos a partir da leitura dos resumos. Consideramos textos que apresentassem experiências de intervenções práticas, realizadas no SUAS pelos profissionais de Psicologia e sobre as quais discorreremos no decurso desse texto.

Para a elaboração do mesmo realizamos estudo teórico com base na leitura de dois artigos os quais apresentaremos no decurso do presente texto. Por conseguinte, o presente trabalho se configura como sendo uma produção de natureza teórica haja visto que a produção do conhecimento esteve estruturado na leitura de textos, os quais no permitem apreender como tem se configurado a intervenção dos profissionais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sobretudo a partir da prática desenvolvida no CRAS.

O interesse por aprofundar o estudo e a pesquisa no tema proposto adveio da frequência dos autores à disciplina de Psicologia Social onde aprofundamos o conhecimento a respeito da intervenção do Psicólogo na área social. Na disciplina observamos que há várias formas de ação, para além da clínica, e realizamos essa pesquisa, parte integrante de nossa formação a qual delimitamos por compartilhar por meio do seu ajuste através de artigo. Nesse texto elaboramos uma apresentação em formato corrido, composta por um

subitem único em que abordamos os elementos afetos a ação do profissional de Psicologia no CRAS. Tais experiências serão analisadas sob o viés da Psicologia Social.

2. A PSICOLOGIA E A ATUAÇÃO NO CRAS: POSSIBILIDADES A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL

Os artigos científicos, que tem por título: “Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social” e “A prática psicológica na proteção social básica do SUAS”, discorre a respeito analisar a atuação desse profissional nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), destacando suas ações, e refletindo sobre as atividades ofertadas por meio de tais equipamentos.

Alberto et al. 2015) nos indicam que o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a instituição central da Proteção Social Básica no Brasil, que abriga programas como o Bolsa Família, o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Seu papel é atuar em situações de vulnerabilidade, fortalecendo os vínculos sociais e comunitários das famílias alvo desses programas. O CRAS desempenha o papel de organizador e gerenciador de dispositivos, grupos e instituições em seu território, promovendo um trabalho contínuo para toda a população.

Os autores nos colocam ainda que o CRAS concentra seus esforços em áreas com altos índices de vulnerabilidade social, sendo fundamental para a configuração da Proteção Social Básica nos municípios e no Distrito Federal. A equipe técnica do CRAS, composta por profissionais de nível superior,

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

desenvolve programas e projetos para acolhimento, convivência e socialização, de acordo com as necessidades das famílias em foco, fortalecendo a função protetiva da família e promovendo o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades.

A Proteção Social se divide em níveis de complexidade, incluindo a básica, a média e a alta complexidade, cada uma voltada para um público específico. O CRAS se concentra na Proteção Social Básica, que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco, desenvolver potencialidades e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Em resumo, o CRAS desempenha um papel essencial na promoção do bem-estar e no fortalecimento de famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade no Brasil.

A entrada oficial da profissão de Psicólogo na Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005 representou um marco importante no fortalecimento do trabalho interdisciplinar na área. O profissional de Psicologia passou a desempenhar um papel significativo na composição das equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), contribuindo para o atendimento das famílias em seus respectivos territórios de inserção, com o objetivo de garantir seus direitos e a segurança social em seus municípios (Alberto et al., 2015).

A atuação do psicólogo no CRAS deve estar alinhada com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que enfatiza a promoção da integração entre vivências, a leitura crítica da realidade e a ação criativa e transformadora. O foco está em capacitar as pessoas a

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

reconhecerem-se como co-construtoras de suas vidas e dos contextos sociais, comunitários e familiares em que estão inseridas.

É importante destacar que, de acordo com o CFP, o atendimento psicoterapêutico individual não deve ser realizado no CRAS. Em vez disso, ele deve ser encaminhado para as unidades básicas de saúde e para os serviços de psicoterapia disponíveis nos municípios. A atuação do psicólogo no CRAS é mais voltada para a promoção do desenvolvimento pessoal e coletivo, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e o apoio às famílias no enfrentamento de situações de vulnerabilidade, sem se aprofundar em questões terapêuticas de caráter individual, ou, em outras palavras:

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) enfatiza que a atuação do profissional de Psicologia no CRAS deve priorizar práticas que promovam “integração entre vivências, leitura crítica da realidade e ação criativa e transformadora, a fim de que as pessoas reconheçam-se e se movimentem na condição de co-construtoras de si e dos seus contextos social, comunitário e familiar” (Conselho Federal de Psicologia, 2008, p. 34). Enfatiza

ainda que, ante as premissas do trabalho social no SUAS, não há espaço para a realização de atendimento psicoterápico individual, devendo ser este referenciado para as unidades básicas de saúde e serviços de psicoterapia disponíveis nos municípios. (op. cit., 812)

Essa abordagem reflete a importância da atuação multidisciplinar no SUAS, com profissionais de diferentes áreas trabalhando juntos para abordar as complexas necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a proteção social e a inclusão. O psicólogo desempenha um papel fundamental nesse contexto, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento das famílias e comunidades atendidas pelos CRAS.

Para promover a prática no CRAS, o Conselho Federal de Psicologia (2008) afirma que os profissionais de Psicologia devem atuar comprometidos com a promoção de direitos, de cidadania, da saúde, com a promoção da vida, tomando como referenciais os aportes teórico-práticos provenientes da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Institucional, da Psicologia Social e da PSC.

A compreensão do modo de vida da comunidade é considerada fundamental. Isso envolve conhecer e respeitar as características culturais, sociais e econômicas das comunidades atendidas pelo CRAS. A partir desse

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

entendimento, os profissionais podem ajudar as pessoas a realizar seus potenciais de desenvolvimento pessoal e social.

Alberto et al., (2015) nos indicam que essa abordagem da Psicologia Social no CRAS foi moldada a partir de várias influências, incluindo a Educação Popular de Paulo Freire e as teorias de Silvia Lane e Martin Baró. Ela combina elementos da perspectiva histórico-cultural de Lev Vygotsky com os princípios da reconceituação da Psicologia Social, criando uma base sólida para a atuação dos psicólogos no campo da assistência social, com foco na promoção do bem-estar das famílias e comunidades.

O Acompanhamento Psicossocial é a atividade central nos CRAS abrange um acolhimento inicial, seguido de monitoramento contínuo e suas implicações, como orientação, encaminhamentos, cadastramento em programas sociais e visitas domiciliares, entre outras ações. Esse acompanhamento deve ser realizado desde o momento em que o usuário entra em contato com o CRAS, abrangendo todos os desdobramentos decorrentes das demandas que ele apresenta. Ele se destina a fortalecer os laços familiares e comunitários, fornecendo apoio e orientação necessários para que os usuários tenham melhores condições de superar desafios e dificuldades.

Mostra-se uma visão mais ampla e integrada da assistência social, na qual os profissionais, incluindo os psicólogos, trabalham em colaboração com os usuários para promover seu desenvolvimento e bem-estar, enfatizando a autonomia e a participação ativa na construção de suas próprias vidas. A atuação nos CRAS representa um compromisso com a cidadania e a

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

promoção de direitos, indo além do alívio do sofrimento individual para a capacitação das comunidades atendidas.

O Acompanhamento Psicossocial inicia com o processo de Acolhimento, que envolve uma entrevista com o objetivo de conhecer, coletar dados, orientar, acompanhar, avaliar e fornecer elementos para o trabalho com as famílias em seu processo de formação cidadã. Nesse estágio, o atendimento se concentra em acolher as demandas e fornecer orientações iniciais. O Acompanhamento Psicossocial também pode incluir o que alguns profissionais chamam de "encaminhamento". Isso significa que os psicólogos, como parte do Acompanhamento Psicossocial, podem realizar encaminhamentos das famílias para outros serviços, como oferta de emprego, instituições ou programas da Assistência Social (como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem) ou serviços de outras políticas públicas, com destaque para os encaminhamentos em Saúde Mental, como casos referenciados para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). (Alberto et al., 2015).

Um aspecto importante é o monitoramento das famílias ao longo do Acompanhamento Psicossocial. O monitoramento é uma diretriz fundamental desse processo, pois permite acompanhar de perto as ações realizadas, verificar se as demandas dos usuários estão sendo adequadamente atendidas e obter indicadores de efetividade do serviço. Isso significa que os profissionais podem avaliar se as intervenções estão tendo o impacto desejado e se as famílias estão progredindo em direção a metas de autonomia, cidadania e bem-estar.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Sendo assim, o Acompanhamento Psicossocial inicia com o acolhimento, que envolve a coleta de informações e orientações iniciais. Além disso, pode incluir encaminhamentos para outros serviços e a monitorização contínua das ações realizadas, tudo isso com o objetivo de promover o desenvolvimento e o fortalecimento das famílias e indivíduos atendidos.

Já o texto seguinte, de autoria de Oliveira et al (2011) traz uma argumentação distinta, diferenciada, ao passo que parte da consideração inicial da importância do profissional do SUAS em intervir junto a efetivação de direitos sociais. O artigo argumenta sobre a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. É nessa lógica relacional entre psicólogos e usuários dos CRAS que pode haver um verdadeiro encontro, no qual os profissionais podem reconhecer os modos de subjetivar construídos a partir de várias relações históricas estabelecidas, valorizando assim suas experiências para a possibilidade de transformação das pessoas, do meio social onde vivem e também da própria psicologia. Os autores ainda colocam que na proteção social básica do SUAS, veremos que na Assistência Social, a demanda é claramente focalizada nas pessoas em situação de pobreza extrema e os psicólogos não podem efetuar psicoterapia, conforme as orientações do MDS (2009). Essa "proibição" tem causado certa paralisação nos profissionais, mas não apenas por conta da retirada da sua principal estratégia de trabalho.

Por outro lado, se o trabalho nesse campo não é estranho ao assistente social, para os psicólogos, o CRAS é território inóspito e tem provocado bastante questionamento acerca do que é específico da Psicologia e de como atuar

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

para modificar as condições materiais de existência das famílias usuárias dos CRAS. Diante da falta de clareza, a clínica tradicional, uma vez mais, emerge como uma zona de relativo conforto para a atuação do psicólogo, ao mesmo tempo em que lhe confere um lugar e uma particularidade na equipe. Mesmo diante dessa constatação, é possível observar que os profissionais da Psicologia têm se movimentado em espaços diferentes dos tradicionais. As visitas domiciliares, os acompanhamentos, os grupos de reflexão e operativos, as campanhas, sinalizam essa mudança de direção, apesar de ainda não terem objetivos muito claros.

A coordenação de grupos com família, podemos observar que o grupo em si é muito mais do que uma simples reunião de pessoas com um propósito em comum. De acordo com Silvia Lane(1984), constitui-se também como uma estrutura social e uma realidade total, que se configura como uma experiência histórica, construída dentro de um determinado espaço e tempo, e, que, em suas manifestações gerais, submergem aspectos gerais da sociedade, com suas características grupais, vivências subjetivas e realidades objetivas. Os grupos com famílias correspondem a um momento de troca entre as famílias e os técnicos de referência das mesmas. Em tais encontros são trabalhadas temáticas que visam o incentivo de pensamento reflexivo sobre as vulnerabilidades enfrentadas, formas de superá-las, a identificação de seus recursos e de suas potencialidades enquanto indivíduo e comunidades (Oliveira et al., 2011)

Desse modo, inicialmente o objetivo da formação de um grupo de famílias em situação de vulnerabilidade é que elas consigam desenvolver vínculos umas com as outras, e, que consigam enxergar-se no outro. O papel do

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

psicólogo que atua nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) vai além do atendimento individual e do acompanhamento das famílias. Ele também desempenha um importante papel na condução de grupos, onde o foco é a interação coletiva e a promoção de mudanças significativas nos processos de subjetividade e significação, tanto no indivíduo quanto no coletivo.

Ao liderar grupos, como nos indicam Oliveira et al. (2011) o psicólogo tem a oportunidade de ajudar as famílias a romperem com certos paradigmas, questionando crenças e padrões de pensamento que podem estar contribuindo para sua situação de vulnerabilidade. Esses grupos proporcionam um espaço seguro para a expressão de sentimentos, compartilhamento de experiências e reflexão conjunta sobre questões que afetam suas vidas. A vivência em grupo, nesse contexto, é vista como um dispositivo que aciona um processo de transformação. Através da interação e do diálogo entre os participantes, novas perspectivas, soluções e estratégias podem emergir. Além disso, a participação em grupos pode fortalecer os laços de solidariedade entre os membros, promovendo um senso de comunidade e pertencimento.

Esses grupos podem abordar uma variedade de temas, como educação, empregabilidade, relações familiares, saúde mental, entre outros, dependendo das necessidades e demandas das famílias atendidas. O objetivo é capacitar os participantes a enfrentar desafios, promover mudanças positivas em suas vidas e construir alianças de cidadania, ou seja, fortalecer sua capacidade de participar ativamente na sociedade, reivindicar direitos e contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Portanto, a condução de

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

grupos pelo profissional de Psicologia nos CRAS desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar das famílias atendidas, na quebra de paradigmas prejudiciais e na construção de laços sociais e cidadania.

Embora o foco de atuação do profissional de Psicologia seja o trabalho com grupos, priorizando o trabalho coletivo, o psicólogo pode realizar atendimentos ou acompanhamentos individuais e familiares fora de um contexto grupal quando necessário. Os atendimentos individuais são ações particularizadas previstas no atendimento PAIF. Acontecem por vezes nas quais as famílias por vivenciarem certas vulnerabilidades sentem-se envergonhadas de expor sua situação de modo coletivo, como em uma oficina de famílias, então, demanda-se um atendimento individual.

A prática de atendimentos psicoterapêuticos, embora seja tradicionalmente associada aos profissionais de Psicologia, não é prevista dentro dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Há várias razões para essa não inclusão, e elas estão relacionadas às particularidades do trabalho nos CRAS e aos princípios éticos e práticos que orientam a assistência social. Alguns desses inclui: Alta demanda e fluxo constante de usuários, os CRAS desempenham um papel fundamental na coordenação e encaminhamento de usuários para outros serviços e programas da rede de assistência social. Isso implica que, se um usuário necessita de atendimento psicoterapêutico, o CRAS deve encaminhá-lo para serviços mais apropriados, como unidades de saúde ou centros de saúde mental. (Oliveira et al., 2011)

Os CRAS concentram-se na Proteção Social Básica e na promoção de direitos, cidadania e desenvolvimento pessoal e comunitário. Eles não são o

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

local apropriado para tratamento psicoterapêutico de longo prazo, que é mais adequado para serviços de saúde mental. Portanto, a não oferta de atendimentos psicoterapêuticos nos CRAS reflete a natureza e o propósito específico desses centros na promoção de bem-estar, cidadania e desenvolvimento das famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que respeita os princípios éticos e as necessidades práticas da profissão de Psicologia.

Segundo Sobral e Lima (2013), há uma dificuldade entre os profissionais de Psicologia em se estabelecer um limite entre atendimento psicossocial e psicoterapia. As atuações fora dos settings mais tradicionais, segundo os autores, convocam os profissionais a lançarem novos olhares sobre suas práticas nos espaços públicos onde estão sendo inseridos. A constatação de que mesmo profissionais de Psicologia formados recentemente não se sentem aptos para atuar na Política Pública de Proteção Social do âmbito da Assistência Social, e que o tempo de atuação no CRAS não parece eliminar as dificuldades enfrentadas., conforme indicam os autores.

No que diz respeito à formação acadêmica em Psicologia, os profissionais consideram que ela não prepara para atuar no CRAS, uma vez que se depararam, ao longo da graduação, com uma formação voltada para uma atuação focada numa perspectiva individualizante, com viés clínico e com disciplinas puramente teóricas, o que fez com que esses profissionais só viessem conhecer o CRAS quando passaram a trabalhar em tal política. Os dados apresentados sugerem que a formação acadêmica em Psicologia pode não estar adequadamente alinhada com as demandas e complexidades da atuação profissional nos Centros de Referência da Assistência Social

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

(CRAS). A falta de mediação entre a formação acadêmica e a realidade dos CRAS pode resultar em profissionais que se sentem despreparados para enfrentar os desafios específicos desse contexto.

Além disso, como nos colocam Oliveira et al. (2011) a grande quantidade de famílias atendidas nos CRAS e as questões sociais complexas, como violência e dependência química, tornam o trabalho ainda mais desafiador para os profissionais de Psicologia. Esses profissionais lidam com uma ampla gama de necessidades e problemas que vão além das abordagens tradicionais da Psicologia. Para capacitar os profissionais de Psicologia a atuarem de forma a promover a autonomia e efetivar os direitos dos usuários nos CRAS, é fundamental que a formação acadêmica incorpore elementos que abordem as demandas de atuação profissional em uma perspectiva psicossocial. Isso implica superar perspectivas individualizantes e descontextualizadas de análise e intervenção, buscando abordagens mais politizadas e comprometidas com os sujeitos em condição de vulnerabilidade social.

O desenvolvimento de ferramentas e técnicas que considerem a complexidade das questões sociais, a promoção da cidadania e o fortalecimento de comunidades é fundamental. Portanto, a formação acadêmica em Psicologia deve evoluir para incluir modelos mais abrangentes e contextualizados, a fim de preparar os profissionais para enfrentar os desafios dos CRAS de maneira eficaz e ética. A discussão dos resultados revela a importância de os profissionais de Psicologia repensarem e refletirem sobre a relação entre seu trabalho e o fenômeno psicológico no contexto da realidade social. É enfatizado que os esforços para construir algo

novo da Psicologia, que inclua uma clínica ampliada e uma atuação mais comprometida com as demandas sociais, podem ser prejudicados se as academias não acompanharem essa evolução.

O ponto central destacado é que, para promover mudanças efetivas na prática dos profissionais de Psicologia na Assistência Social, é essencial que a formação acadêmica também se adapte e integre uma perspectiva mais ampla e contextualizada. Isso implica que as universidades e instituições de ensino devem desenvolver currículos que incluam uma formação mais alinhada com as necessidades do trabalho nos CRAS e em contextos similares. Além disso, ressalta-se a necessidade de uma maior produção acadêmica que aborde a prática dos profissionais de Psicologia na Assistência Social. Isso pode envolver pesquisas, estudos de caso, publicações e compartilhamento de experiências que contribuam para a compreensão e o aprimoramento dessa atuação profissional. Em suma, os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem mais integrada entre a prática profissional, a formação acadêmica e a produção de conhecimento, a fim de promover uma Psicologia mais eficaz e comprometida com a realidade social, especialmente no contexto da Assistência Social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, os artigos "Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social" e "A prática psicológica na proteção social básica do SUAS" oferecem uma visão abrangente da atuação do psicólogo nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Eles destacam a

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

importância desse profissional na promoção do bem-estar e fortalecimento de famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade.

Os artigos enfatizam que o trabalho do psicólogo nos CRAS vai além do atendimento individual e se concentra em grupos, intervenções comunitárias e orientação coletiva. Eles ressaltam a necessidade de uma abordagem mais ampla e contextualizada na formação acadêmica em Psicologia, que prepare os profissionais para os desafios específicos desses centros. Nesse sentido, encontram assento no pensamento de Lane (2008) destacava em relação a importância das ações serem grupais, assentadas na efetivação de direitos sociais e de proteção as minorias.

Além disso, a discussão aponta para a importância de uma maior produção acadêmica e pesquisa sobre a prática dos psicólogos na Assistência Social, a fim de aprimorar e adaptar continuamente a atuação desses profissionais às demandas da realidade social. Em resumo, os artigos sublinham a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e comprometida com o fortalecimento dos direitos e da cidadania das famílias em situação de vulnerabilidade, destacando o papel fundamental do psicólogo nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, M. de F.P. ,MACÊDO, O. J. V.; OLIVEIRA, V.S. de. SANTOS, D.P. dos; SOUZA, G. P. de. Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. Psicol. cienc. prof. 35 (3) • Jul-Sep 2015. Disponível em:

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/G5jcnc3JsQWvKthLGTQxm8c/#>. Acesso em: 12 nov 2025.

LANE, S. T. M. O que é psicologia social. São Paulo, Brasiliense, 2008.

Minayo, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, I. F. DE . et al.. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. spe, p. 140–149, 2011.

¹ Graduanda em Psicologia pela Unip, campus Assis-SP. E-mail: avllen.firmino@aluno.unip.br

² Graduanda em Psicologia pela Unip, campus Assis-SP. E-mail: danielle.rocha9@aluno.unip.br

³ Graduanda em Psicologia pela Unip, campus Assis-SP. E-mail: edna.ciciliato@aluno.unip.br

⁴ Graduanda em Psicologia pela Unip, campus Assis-SP. E-mail: polyana.maluf@aluno.unip.br

⁵ Docente do Curso Superior de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da UNIP, Campus Assis. Mestre em Pedagogia e Psicologia pela Unesp de Assis, Mestre em História pela Unesp de Assis e Doutora em História pela Unesp de Assis. E-mail: daniela.oliveira1@docente.unip.br